

A Gestão da Produção Acadêmico-Científica nas Instituições de Ensino Superior: A Experiência da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

Academic scientific production management in higher education institutions: Santa Casa de São Paulo – Faculty of Medical Sciences experience

Ernani Geraldo Rolim¹, Luiz Henrique Amaral²

Resumo

Apresenta-se neste artigo a importância da organização e do registro da produção acadêmico-científica nas Instituições de Ensino Superior (IES) considerando a necessidade de atendimento às exigências legais e a evolução das novas tecnologias da informação para armazenamento de dados. A Política Institucional de gestão da produção intelectual da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP) é apresentada como um importante modelo de referência para as atividades de avaliação Institucional, planejamento e organização na busca da excelência acadêmica.

Descritores: Educação superior, Avaliação institucional, Publicações científicas e técnicas, Pesquisa – organização & administração, Sistemas de informação, Política organizacional

Abstract

We present in this article the importance of the organization and the registration of the academic-scientific production in the higher education

Institutions (IES) considering the attendance need to the legal demands and the evolution of the new technologies in information for storage of data. The Institutional Politics of Scientific Production administration of the Santa Casa de São Paulo – Faculty of Medical Sciences (FCMSCSP) is presented as an important reference model for the activities of Institutional evaluation, planning and organization in the search of the academic excellence.

Key words: Education, higher; Institutional evaluation; Scientific and technical publications; Research – organization & administration; Information systems; Organizational policy

Introdução

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9.394 de 20/12/1996) deu início a um processo inusitado de transformações no cenário da educação superior em nosso país das quais podem ser destacadas: alterações das instâncias de regulação e controle sobre a educação superior, com mudanças na composição e no papel do Conselho Nacional de Educação; diversificação das instituições de ensino superior, com graus diferentes de autonomia; implantação de procedimentos regulatórios e amplos de avaliação das condições de oferta dos cursos superiores, sob a jurisdição do Ministério de Educação (MEC) e seus institutos, notadamente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a pós-graduação e do Instituto de Estudos e Pesquisas (INEP) para a graduação (Dias Sobrinho, Balzan, 2000).

A flexibilização curricular apontada pela LDB permitiu que as instituições e os cursos exercessem sua autonomia e criatividade na elaboração de propostas específicas, capazes de articular as demandas locais e/ou regionais de formação profissional, com

¹ Médico. Diretor da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Professor Adjunto do Departamento de Clínica Médica da FCMSCSP. Chefe da Clínica de Gastroenterologia da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

² Físico. Professor Adjunto da Disciplina de Tecnologia da Informação da FCMSCSP. Professor Titular da Universidade Cruzeiro do Sul.

Instituição: Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo

Endereço para Correspondência: Luiz Henrique Amaral – Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo – CEDAC. Rua Dr. Cesário Motta Jr, 61 – 10º andar – Vila Buarque - CEP. 01221-020 – São Paulo - SP

os recursos humanos, físicos, e materiais disponíveis. Desde então, o governo federal mantém-se como o principal responsável e avaliador, baixando normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação, assegurando a avaliação das Instituições de Ensino Superior e autorizando, reconhecendo, credenciando, supervisionando e avaliando, respectivamente, os cursos das instituições de ensino superior e seus sistemas de ensino.

Para sustentar tamanha iniciativa do Estado, foi necessário o desenvolvimento de um sistema que periodicamente colete informações das instituições de ensino superior. Assim, desde 1997, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) vem sendo o responsável pelas informações e avaliações do sistema educacional, garantindo a confiabilidade dos dados e gerando estatísticas disponíveis para realização de sondagens sistemáticas sobre a situação do ensino superior brasileiro (Dias Sobrinho, 2000).

O processo de avaliação empreendido pelo Ministério da Educação é bem amplo, compreendendo procedimentos que vão desde a análise da eficiência interna das Instituições à sua **produção acadêmico-científica**. Os dados coletados pelo INEP representam um importante instrumento de referência para as atividades de avaliação institucional, planejamento e organização de esforços em busca da qualidade do ensino. Castro (2001) reforça, contudo, a necessidade de rever como os sistemas educacionais, em todos os níveis, lidam com os problemas complexos de informação e, sem dúvida, como isto está sendo utilizado para proporcionar melhoria na qualidade de ensino.

Da Necessidade Legal de Informações atualizadas e comprovadas

As Instituições de Ensino Superior, devidamente autorizadas pelo poder público, constituem patrimônio da União, que como depositárias, são responsáveis pela conservação das provas documentais. Essas impõem cuidados especiais para resguardar os aspectos de naturezas jurídicas, acadêmicas e mesmo de sua memória. Considerando a necessidade de se estabelecer orientação objetiva quanto às exigências legais e, ainda, a evolução das novas tecnologias para armazenamento de dados, o MEC tem publicado nos últimos 16 anos uma série de Portarias e Resoluções quanto ao arquivamento de informações acadêmico-científicas. (FUNADESP, 2002)

De acordo com o Art. 7º da Portaria Nº 255, de 20 de dezembro de 1990, o arquivamento da documentação poderá ser processado com a adoção de: 1) Encadernação da ficha original correspondente a cada

ano de atividade encerrada, 2) Microfilmagem e 3) Sistema computadorizado. Nos termos da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o MEC homologou o Parecer nº CP-16/97 favorável à proposta de simplificação dos registros e do arquivamento de documentos escolares.

A Resolução CES-CNE Nº 2, de 7 de abril de 1998 (FUNADESP, 2002), estabelece indicadores para comprovar a produção intelectual institucionalizada, para fins de credenciamento, nos termos do Art. 46 e do Art. 52, inciso I, da Lei 9.394/96 (LDB), de 20 de dezembro de 1996. O parágrafo 1º do Art 2º estabelece que a produção institucionalizada deve ser **comprovada** pelos indicadores descritos nos itens de I a IV do mesmo Artigo da Resolução. Face ao exposto, os seguintes indicadores (últimos 3 anos) deverão ser **comprovados**:

- Participação dos docentes da **instituição** em congressos, exposições, reuniões científicas nacionais e internacionais,
- Publicação dos resultados dos trabalhos de investigação científica em livros ou revistas indexadas,
- Desenvolvimento de intercâmbio institucional sistemático,
- Desenvolvimento de programas de iniciação científica.

Mais recentemente com a implantação do novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, SINAES, o Ministro da Educação emitiu a Portaria Nº 2.051, de 09 de Julho de 2004. De acordo com o Art. 14 dessa Portaria, a avaliação institucional será o referencial básico para o processo de credenciamento e reconhecimentos das instituições de ensino. Estabelece, ainda, que se deve considerar a produção intelectual institucionalizada no termos da Resolução CES Nº 2, de 07 de abril de 1998, ou seja, comprovada por indicadores descritos no Art. 2º.

A Gestão da Informação e os Processos Educacionais

Segundo Kuenzer (1999), em que pese a hegemonia das reflexões filosóficas acerca da gestão educacional, considerando políticas educacionais onde as mudanças no mundo do trabalho são teorizadas, o tema da gestão educacional não pode dispensar aspectos gerenciais vinculados à disponibilização de informações. Há que se destacar, conforme apontado por Bordignon, Gracindo (2000), que *"a informação é matéria prima da gestão"*.

Os processos de síntese e de organização da informação pressupõem o acréscimo de valor à informação, pois ao realizar a síntese, ao reelaborar graficamente a informação para o usuário, ao realçar a forma do conteúdo, agrega-se valor à informação (Tachizawa, Andrade, 1999). É difícil falar significa-

tivamente do macro sem a mediação dos particulares e especialmente dos particulares informacionais, que neste artigo, representam as informações acadêmicas dos docentes. Embora essas informações e documentação devam estar disponíveis em qualquer instituição de ensino superior é comum não estarem disponibilizadas de forma estratégica, com a devida agregação de valor que o trabalho de análise da informação implica. A idéia do valor agregado à informação está apoiada em quatro atividades significativas encontradas em sistemas de informação: a organização, a análise, a síntese e o julgamento.

Para que as decisões institucionais sejam tomadas com rapidez e qualidade, é importante ter disponíveis dados, informações e conhecimentos. Contudo, o que se observa, na maioria da IES, é que esses dados estão dispersos, fragmentados e muitas vezes armazenados com os próprios indivíduos, sofrendo, portanto, interferências de seus modelos mentais (Angeloni, 2003) e ocasionando problemas no processo de comunicação. No processo de gestão da informação, a partir das análises dos trabalhos de Pereira, Fonseca (1997); Angeloni (2003) e Lago (2004), é importante ter consciência de que:

- *Existem diferenças entre o que queremos dizer e o que realmente dizemos; entre o que dizemos e o que os outros ouvem; entre o que os outros ouvem e o que escutam; entre o que entendem e lembram; entre o que lembram e retransmitem;*
- *As pessoas só escutam aquilo que querem e como querem, de acordo com suas próprias experiências, paradigmas e pré-julgamentos;*
- *Existem informações que os indivíduos não percebem e não vêem; informações que vêem e não ligam; informações que vêem e não entendem ou não decodificam; informações que vêem e usam; informações que procuram; informações que adivinham;*
- *Nosso estado de espírito e humor pode afetar a maneira como lidamos com a informação;*
- *As abordagens informacionais normalmente privilegiam os atributos racionais, seqüenciais e analíticos da informação e de seu gerenciamento, em detrimento a outros igualmente importantes, "senão mais", como os relacionados às abordagens intuitivas e não-lineares.*

Portanto, nas tarefas cotidianas dos gestores educacionais, ter informações atualizadas, confiáveis e disponíveis em tempo real é condição *sine qua non* para garantir a eficiência e a efetividade dos programas ou projetos institucionais implantados. A informação é também subsídio importantíssimo no monitoramento e na avaliação das políticas implementadas e também produto dessas ações, que, por sua vez, se voltam a alimentar o próprio processo.

Nenhuma instituição é capaz de cumprir de maneira eficaz sua missão sem um conhecimento atualizado da realidade de seu objeto ou campo de trabalho. Foi justamente com esse propósito que o CNPq realizou em 1999, um enorme esforço no sentido de integrar as suas bases de informações. Essa integração teve como fonte primária de coleta de dados quatro projetos distintos, porém interligados. O registro da vida pregressa e atual dos pesquisadores, para a análise de seu mérito e competência, a adoção de um padrão nacional de currículos, com a riqueza de informações que esse sistema possui, sua utilização compulsória a cada solicitação de financiamento e sua disponibilização pública, na internet, fornecendo mais transparência às atividades de fomento do CNPq (CNPq, 2004).

Paralelamente, com vistas ao atendimento às exigências legais e à otimização dos procedimentos internos, a Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo delimitou, em 1999, um modelo de registro acadêmico-científico mediante o levantamento da situação dos registros existentes à época, seus respectivos comprovantes e a situação do prontuário docente tanto na Instituição quanto na base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. O resultado desta ação propiciou a implantação de uma Política Institucional de documentação Acadêmico-Científica, em especial no que diz respeito às informações relativas à produção acadêmica institucionalizada dos docentes.

Considerando na época a importância do Currículo Lattes no contexto nacional, as constantes solicitações de informações para reconhecimento de cursos, a situação pouco produtiva dos registros internos da produção intelectual e a quantidade de currículos docentes cadastrados na base de dados do CNPq, a Faculdade implantou uma política de gestão de informações acadêmico-científicas, por meio da criação de setor denominado Centro de Documentação Acadêmico-Científica (CEDAC), que instituiu na Faculdade:

1. A utilização como fonte curricular principal e única a plataforma LATTES, cujos dados podem ser importados e exportados para outros sistemas de informação governamentais;
2. O estabelecimento interno de procedimentos periódicos de atualização curricular com o objetivo de garantir a fidedignidade, confiabilidade e economicidade das informações;
3. O registro eletrônico das informações acadêmico-científicas vinculada ao registro dos seus respectivos comprovantes da produção;
4. O envio periódico do currículo do docente às bases de dados do CNPq, promovendo o acréscimo do percentual de currículos dos docentes;

Tabela 1

Produção Bibliográfica da FCMSCSP

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Artigos em periódicos - Completos	123	86	176	160	227	246
Artigos em periódicos - Resumos	81	42	130	178	138	85
Trabalhos em anais de eventos - Completos	5	8	9	29	54	53
Trabalhos em anais de eventos - Resumos	197	155	301	239	310	251
Livros publicados	13	9	2	3	10	10
Capítulos de livros publicados	85	64	167	165	151	204
Organizações de obras publicadas			6	5	12	2
Textos em jornais ou revistas (magazines)			14	20	21	33
Prefácios, Posfácios			4	0	0	1
Traduções - Outra			0	1	2	2
Demais tipos de produção bibliográfica			18	12	28	8

Fonte: CEDAC/FCMSCSP

5. A política de alimentação correta, comprovada e sistemática das informações do LATTES, garantindo a consistência e racionalidade na utilização de recursos e esforços;
6. A adoção Institucional do uso das informações registradas no CEDAC para fins de distribuição de bolsas, afastamento docente, auxílio para participação de eventos, promoção no plano de carreira, aprovação de projetos de pesquisa, de extensão, credenciamento e contratação de docentes, entre outros.

Como resultado dessa ação todos os docentes possuem currículo Lattes cadastrado internamente na Instituição, com todas as informações vinculadas a ele devidamente comprovadas. Todo o acesso aos comprovantes da produção é feito eletronicamente, por meio de *links* no currículo com os arquivos digitalizados dos comprovantes de produção. O resultado da sistematização do registro e acompanhamento da produção bibliográfica para o período de 2000 a 2005 pode ser observado na Tabela 1.

Utilizando os critérios estabelecidos pela comissão de especialistas do MEC para avaliação *in loco* das condições de oferta e procura de cursos de medicina e considerando os devidos pesos para cada tipo de produção bibliográfica ponderado, ainda, pelo corpo docente da Instituição, observa-se no Gráfico 1 o índice de produção bibliográfica da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

O Gráfico 1 mostra que a ação Institucional para registro e acompanhamento da produção científica, além do atendimento à legislação vigente, proporcionou um aumento no índice de produção da Faculdade, partindo de um Índice de 0,30 em 2000 (Conceito C – INEP/MEC) para 0,51 em 2005 (Conceito B – INEP/MEC).

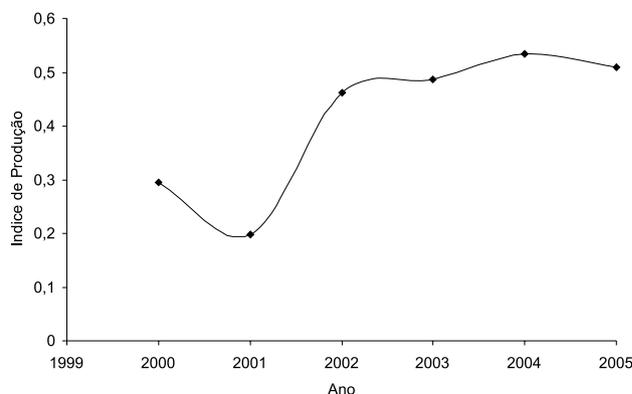


Gráfico 1 - Evolução do Índice de Produção Bibliográfica da FCMSCSP por docente/ano para o período de 2000 a 2005. Fonte CEDAC/FCMSCSP - 2006.

Conclusão

A organização de documentos acadêmicos de docentes tem se revelado uma questão bastante frágil para as Instituições de Ensino Superior frente às avaliações governamentais e à gestão cotidiana da Instituição. As avaliações realizadas pelas comissões de especialistas mostram que as dificuldades estão relacionadas, principalmente, à atualização da vida acadêmica dos docentes, em especial seus currículos, uma vez que o senso comum entende essa atualização como uma burocracia a ser cumprida (ou adiada). Essa atitude de desinteresse ou resistência reflete-se negativamente no resultado de uma avaliação pautada por quesitos quantitativos, pois a produção científica (valor numérico), por exemplo, detectada em um prontuário docente desatualizado é sempre menor do que aquela que, por muitas vezes, o docente efetivamente produziu. Essa dificuldade estende-se também a outras questões, além da produção

científica, como por exemplo, as comprovações de titulações ou experiências acadêmica e profissional. Neste quesito, uma IES, muitas vezes, é prejudicada em uma avaliação governamental, uma vez que não se comprova o título de um docente, geralmente porque a ata de defesa já perdeu sua validade e não foi substituída pelo diploma ou porque no prontuário acadêmico inexistente o referido documento ou, ainda, porque o título foi obtido em instituições fora do Brasil e não foi revalidado (outro processo considerado burocrático e demorado).

A Política Institucional adotada pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP) para a sistematização de documentos acadêmicos de docentes (seja produção científica, pedagógica, artística, cultural, titulação ou experiência profissional), mostrou-se muito efetiva uma vez que esta ação assegurou à Faculdade uma avaliação relevante e conclusiva da produtividade e titulação docente. Ressalta-se, ainda, os valores agregados nos mais diversos setores e departamentos que compõem a Instituição, como por exemplo, a pós-graduação, a graduação e os demais setores administrativos. Implantou-se na Faculdade uma Política Institucional estratégica de registros e disponibilização de informações com a devida agregação de valor que as diversas comissões de avaliação exigem.

Referências bibliográficas

Angeloni MT. Elementos intervenientes na tomada de decisão. *Ci Inf [periódico on line]*. 2003; 32(1):17-22. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000100002&lng=en&nrm=iso>. [20 jan 2007]

Bordignon G, Gracindo RV. Gestão da educação: o município e a escola. In: Ferreira NS, Aguiar MA, organizadores. *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez; 2000. p.147-76.

Castro MHG. Políticas de informação educacional e redes: transparência e visibilidade. In: Brasil. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Redes acadêmicas e produção de conhecimento em educação superior*. Brasília (DF): INEP; 2001. p.65-73.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Plataforma Lattes. [on line] Brasília (D.F.): CNPq; 2004. Disponível em: <http://www.cnpq.br/>. [28 de julho de 2004].

Dias Sobrinho J. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

Dias Sobrinho J, Balzan NC. *Avaliação institucional: teorias e experiências*. São Paulo: Cortez; 2000.

FUNADESP. Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular Legislação e normas da Pós-graduação brasileira. 2ª.ed. Brasília (DF): FUNADESP; 2002. 573 p.

Kuenzer AZ. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. *Boletim do Senac* [on line] 1999; 25(2). Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/252/boltec252b.htm> [15 de dezembro de 2005]

Lago AP. Comunicação: uma perspectiva abrangente.[on line] Disponível em: <http://www.widebiz.com.br/gente/alfredo/comunicacao.html> [15 de julho de 2004].

Pereira MJLB, Fonseca JGM. *Fases da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão*. São Paulo: Makron Books; 1997. 234p.

Tachizawa T, Andrade RB. *Gestão de instituições de ensino*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 280p.

Data de recebimento: 06/12/2006

Data de Aprovação: 17/01/2007